

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: UMA ANÁLISE ONTO-HISTÓRICA ¹

Helena de Araújo Freres (UFC)²
helenafreeres@hotmail.com

Jackline Rabelo(UFC)³
jacklinerabelo@uol.com.br

Maria das Dores Mendes Segundo(UECE/UFC)⁴
mendesesegundo@uol.com.br

Palavras-chave: *história; educação; formação para o trabalho*

O presente artigo busca analisar o papel que a educação vem assumindo na sociedade capitalista, apontando os seus limites, possibilidades e contradições. Para o alcance dessa finalidade, recorreremos inicialmente ao estudo da ontologia marxiana, cuja matriz determinante reside na compreensão da totalidade que envolve o conjunto das complexas relações sociais. Em seguida realizamos uma revisão teórica acerca do papel e das formas assumidas pela atividade educativa, particularmente, em tempos de crise estrutural do capital, averiguando seus desdobramentos para a política de formação dos trabalhadores, mais precisamente a partir da década de 1970, quando foram atribuídos vários papéis à educação: transmitir os conhecimentos necessários à formação para o mercado de trabalho; disseminar as idéias da classe dominante; promover a inclusão social e ambiental, dentre outros.

A ontologia marxiana-lukacsiana nos permite perceber que o desenvolvimento da atividade que fundou o ser social (o trabalho) – e foi por ele complexificada, num processo contraditório –, instituiu sobre a sociabilidade a necessidade de outros complexos sociais que atuariam essencialmente na continuidade e no desenvolvimento cada vez mais complexo da totalidade social.

O trabalho é criador do mundo dos homens. Na medida em que o homem transforma o existente para a satisfação de suas necessidades, transforma também a si enquanto ser genérico, pois, nesse processo de modificação do existente, adquire novas habilidades e novos conhecimentos que precisam ser universalizados. Em cada objetivação/exteriorização, surge uma nova situação histórica que impõe aos indivíduos a descoberta de novas possibilidades de realização das necessidades, complexificando o gênero humano cujo desenvolvimento caminha para a universalização de sua história e a ampliação das individualidades.

A complexificação das relações sociais impôs ao homem a criação de outras atividades que tenham a função de mediar a reprodução social. Surge, portanto, a educação, atividade fundada pelo trabalho. Sua função é, pois, a reprodução do ser dos homens cujas objetivações precisam ser universalizadas para todos os indivíduos.

Valores, idéias, conhecimentos, habilidades, hábitos, descobertas etc. precisam ser socializados pelos homens historicamente determinados e repassados para as gerações mais jovens. Assim, a educação surge como uma atividade que, além de repassar o saber historicamente acumulado pelos homens, atua na subjetividade, influenciando os indivíduos para agirem desta ou daquela maneira.

Em outras palavras, a educação foi fundada pelo trabalho como uma atividade fundamental no processo de reprodução social. Sua origem data desde os primórdios da existência humana quando esta, constituída pelo trabalho, fundou uma atividade que garantiria às gerações mais novas o aprendizado da experiência acumulada pelos homens ao longo do tempo.

Num sentido amplo⁵, a educação nasceu no momento em que o homem se constituiu como ser social. Esse complexo é fundado pelo trabalho, mas, ao mesmo tempo, é distinto da atividade que possibilitou ao homem o salto de ruptura em relação à esfera biológica⁶.

É preciso considerar que o complexo da educação varia de acordo com as necessidades de cada organização social em cada época histórica. Ele possui particularidades em cada momento histórico, embora sua função social permeie todo o desenvolvimento histórico dos homens, complexificando-se juntamente com estes.

Nas sociedades primitivas, não havia diferenciação de classes sociais, pois as forças produtivas não eram desenvolvidas e não havia produção de excedentes. Nelas, a educação possibilitava aos homens em sua coletividade o acesso ao saber acumulado socialmente, pois não havia restrições sociais que impedissem os membros co-partícipes da comunidade humana de conhecer o que produziram sócio-historicamente, embora ainda de forma muito rudimentar.

Com o passar do tempo, com a produção de excedentes, os homens se dividiram em classes sociais quando uma classe que passou a viver do trabalho de outros, apropriando-se privadamente da terra e dos meios de produção. Dividindo-se em classes sociais, o saber também passou a ser dividido de acordo com o que cada classe desempenhava na organização social. É nesse estágio de desenvolvimento dos homens que surge a educação formal, a escola, como um espaço privilegiado de repasse desse saber para os filhos da classe que não precisava trabalhar e podia se dedicar ao “ócio”⁷.

É válido acrescentar que o surgimento da sociedade de classes não modificou o caráter ontológico da educação. Embora numa sociedade que dividiu os homens entre si, a educação continuou servindo para a reprodução social. Podemos afirmar, pois, que a função social é esta: contribuir para a reprodução social, independente do momento histórico e do tipo de organização social. No contexto da sociedade de classes, a educação continua transmitindo valores, atitudes, comportamentos, conhecimentos etc. a todos os indivíduos, mas com uma ressalva: essa transmissão é feita de acordo com os interesses da classe dominante. E, de acordo com esses interesses, há uma enorme diferença entre o que cada classe deve saber. Enquanto os filhos da classe dominante se preparavam para serem os futuros dirigentes da sociedade, os filhos dos trabalhadores tiveram acesso ao conhecimento básico necessário à produção, habilitando-se profissionalmente para a execução de tarefas laborativas.

A educação, como complexo que serve para a reprodução social, na sociedade de classes sob a égide do capital, torna-se um *locus* privilegiado para a reprodução das relações sociais alienadas. Assim sendo, a classe dominante faz da educação – em seu sentido estrito – um espaço fecundo para a disseminação das suas idéias e dos seus

interesses. Então, partindo desse pressuposto, podemos dizer que a educação, mediação ineliminável no processo de reprodução social, vem assumindo direcionamentos diferentes em cada momento histórico e, assim, atendendo historicamente de forma eficaz aos interesses do capital. Nesta sociedade, esse complexo social fundado pelo trabalho é responsável por ajustar os indivíduos ao que é posto no âmbito da produção. O trabalhador expropriado dos meios de produção concebe como natural a relação de exploração de uma classe sobre outra.

A educação no sistema capitalista corresponde a uma educação voltada para atender às necessidades do capital em seu processo de expansão e acumulação ampliada. Produção da riqueza e homens são postos, sob o capital, numa relação invertida: não é a produção da riqueza material que está a serviço dos homens, mas o contrário: o que se produz não é para a coletividade, mas para alguns que se tornaram historicamente proprietários dos meios de produção e de subsistência. Estes buscam, em nome de um suposto desenvolvimento econômico, decidir quais os destinos da sociedade, bem como ela deve ser organizada, como deve pensar, como deve agir.

Como a tendência expansionista do capital é gerar cada vez mais miséria para uns e riqueza para outros, o papel atribuído à educação, posta num sentido contraditório, tem variado no decorrer da história dos homens socialmente divididos. No início do capitalismo, ela servia, no plano do discurso, como propulsora da igualdade formal, garantindo um mínimo de saber à classe trabalhadora com o intuito de disseminar a ideologia de que ela garantiria para essa classe condições sociais melhores, dentre elas, a promessa de emprego e salário para viver bem. Jimenez, Mendes Segundo e Rabelo destacam que, nas sociedades de classes,

a educação tem sido chamada, em última análise, a cumprir o papel basilar, não de construir o homem livre e pleno, mas de ajustar os indivíduos aos ditames do trabalho explorado, que é o motor fundamental da dinâmica do capital. O projeto educacional voltado para a reprodução da ordem vem se efetivando, de um modo geral, através da negação do conhecimento que revela as determinações do real em suas múltiplas dimensões, acoplada à manipulação ideológica das consciências, com vistas à naturalização da exploração e de seus desdobramentos no plano da desumanização crescente do próprio homem. (2008, p. 3)⁸

A relevância deste artigo, pois, ao fato de que neste tempo presente foram muitos os papéis atribuídos à educação como uma atividade humana que resolveria todos os problemas da humanidade mediante a promessa da redução da pobreza, viabilização da ecossustentabilidade e da promoção da paz no mundo. Pretendemos apontar, nesta pesquisa, que o caráter de centralidade da educação – como a panacéia que garantiria a sustentabilidade social e ambiental na atual fase do capitalismo contemporâneo – em detrimento da centralidade do trabalho esconde dos homens que a origem de seus problemas está na exploração cada vez mais acentuada do capital sobre a humanidade. Assim sendo, na perspectiva do capital, a educação é posta como a causa e a solução de todos os problemas humanos.

Sabemos que faz parte da essência da sociabilidade sob a égide do capital a existência do antagonismo entre riqueza e pobreza, visto que esse sistema se sustenta da exploração de uns homens sobre todos os outros e que, por isso mesmo, é impossível sob sua lógica haver uma igualdade substantiva⁹ entre os próprios homens. Assim

sendo, à medida que o capital se desenvolve, riqueza e pobreza crescem assustadoramente, jogando na mais absoluta miséria a única classe que vive do seu próprio trabalho.

Os homens, neste tempo presente, desenvolveram tão maravilhosamente suas forças produtivas que, pela primeira vez em sua história, é possível gozar de tempo livre para a realização de suas potencialidades. No entanto, não podemos nos esquecer de que esse desenvolvimento ocorreu sob a égide do capital e de que o projeto que esse sistema tem para a humanidade não representa o que a humanidade quer para si mesma. O capital, então, para continuar como sistema vigente, necessita explorar sempre parte da humanidade e jogar na mais absoluta miséria a outra parte tornada supérflua para sua acumulação. A humanidade, por sua vez, anseia por condições de vida que lhe garantam o pleno desenvolvimento. Nesse contexto, a sociedade regida pelo capital subjugua aos domínios desse sistema quase todas as atividades humanas e, com elas, as mais diferentes necessidades e possibilidades de autotransformação.

É assim que, na sociedade burguesa, a educação transformou-se num lugar propício para a preparação para o trabalho, ou melhor, uma ocupação – além de servir para a inculcação ideológica nas subjetividades dos trabalhadores dos valores e idéias da classe dominante. No caso dessa sociedade, a educação vem servindo, predominantemente, como um espaço para a preparação para o trabalho explorado, alienado.

Ora, trabalho e capital são radicalmente opostos, mas este não sobrevive sem a exploração do primeiro, subordinando-o à sua lógica. Nesse processo de subordinação do trabalho ao capital, este busca atrelar a si próprio as outras formas de práxis humana, dentre elas, a educação, que é nosso objeto de estudo. Assim, educação e trabalho são as duas bases do desenvolvimento econômico e social dos países periféricos, sendo a primeira a categoria central no debate econômico das últimas décadas – estando a primeira na esfera do discurso.

À luz da ontologia marxiana, o trabalho explorado é a matriz geradora dos problemas que afligem a humanidade. Captar essa matriz é ter clareza teórica de que a saída para os homens pressupõe a superação radical dessa ordem estabelecida na qual os homens ainda insistem em tê-la como vigente, pois, enquanto o capital comandar a vida dos homens, estes estarão presos à lógica incorrigível desse sistema. E para que continue vigente, o capital busca todos os mecanismos, inclusive ideológicos, visando à perpetuação das relações sociais alienadas. Sendo assim, esse sistema não poderia solucionar tais problemas porque se alimenta exatamente da exploração dos homens, jogando a classe trabalhadora na mais aguda miséria em contraposição à riqueza que esta produz para a classe que a domina. Superar a sociedade capitalista é, devido à impossibilidade de torná-la mais humanizada, o norte que deve orientar a humanidade.

Mészáros (2005) afirmou que a educação institucionalizada, a partir desse período marcado pela revolução industrial, tem servido como um espaço propício para fornecer conhecimentos e pessoal necessários à manutenção do capital e legitimar a ordem social vigente através da criação e transmissão dos valores da classe dominante. Acrescenta, ainda, que a própria História teve de ser falsificada, reescrita e transmitida de acordo com os interesses dominantes, e tal distorção foi difundida em todos os órgãos de formação da opinião pública, inclusive nos meios acadêmicos. Essa falsificação era transmitida pelas escolas e reescritas nos livros. São suas as seguintes palavras:

A educação institucionalizada, especialmente, nos últimos cento e cinquenta anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade [...]. (2005, p. 36)

Essa função da escola foi redefinida no período de crise estrutural do capital como um mecanismo para que esse sistema continue se desenvolvendo sob uma lógica da vez mais perversa e sem incitar a classe trabalhadora à ação revolucionária que a liberte (liberando, conseqüentemente, toda a humanidade). Assim, foi posta à educação a capacidade de pacificação dos homens e de resolução de seus problemas.

Em verdade, a atribuição de muitos papéis à educação é decorrente da crise vivida pelo capital, crise essa que rebate am todos os âmbitos da vida humana, inclusive na educação. O problema da crise da educação já foi discutido por Tonet (2003) e Mészáros (2006). Ao se referir à educação formal, este autor afirmou que “a crise atual da educação formal é apenas a ‘ponta do *iceberg*’”. E ainda:

A crise das instituições educacionais é então indicativa do conjunto de processos dos quais a educação formal é parte constitutiva. A questão central da atual “contestação” das instituições educacionais estabelecidas não é simplesmente o “tamanho das salas de aula”, a “inadequação das instalações de pesquisa” etc., mas a razão de ser da própria educação. (2006, p. 275)

Em outras palavras, a crise da educação tem como base a crise do trabalho alienado, fetichizado, próprio da sociedade capitalista em seu estágio de desenvolvimento. Nesse atual estágio, cuja forma de gerenciamento técnico-científico denominado toyotismo é a forma predominante (pois a estrutura vertical típica do taylorismo/fordismo não pode desaparecer e permanece de maneira camuflada no interior da maioria das organizações), o capital, à medida que favorece o avanço tecnológico para ampliar sua acumulação, reduz significativamente o trabalho vivo (embora jamais o eliminando completamente). Reduzindo o trabalho vivo, um grande número cada vez maior de trabalhadores aumenta a fila de desempregados cujo destino aponta para a miserabilidade.

Analisando esse contexto histórico, Mészáros aponta que o desenvolvimento do capital levou-o a uma crise sem precedentes na história da humanidade. Sabemos que crises são inerentes a esse modo de produção. Porém, essa crise estrutural do capital – que ocorreu após um período de crescimento extraordinário do sistema vigente, entre as duas grandes guerras e após a segunda, estendendo-se até a década de 1970, pondo fim ao chamado Estado de bem-estar social – coloca em xeque a existência da própria humanidade.

É nesse cenário que é colocado o problema da nova redefinição do papel da educação como a atividade humana que resolve todos os problemas da humanidade: redução da pobreza, fator de desenvolvimento econômico, viabilização da ecossustentabilidade e promoção da paz no mundo. Percebemos que a função atribuída à educação como a redentora das desigualdades sociais – como se elas não fossem

produzidas pelo tipo de organização social em que os homens são explorados pelos próprios homens – é uma ilusão que mantém os indivíduos presos à lógica do capital. Lessa (2005, p. 53), ao criticar a tese do trabalho imaterial, afirmou que

Fantasias existem porque há pessoas dispostas a acreditar nelas. Quase sempre as fantasias que recebem maior audiência são as que servem como consolo para a desumanidade e os sofrimentos das nossas vidas. Outras vezes, são as que interferem na luta de classes induzindo a determinadas posturas e favorecendo a recusa de outras.

Para nós, esta parece ser a função da educação: uma “fantasia”, uma falácia que esconde dos indivíduos qual a origem de todas as suas mazelas. O autor diz ainda que numa sociedade que acredita em fadinhas, duendes, bruxinhas etc., é muito fácil acreditar em qualquer teoria idealista que não explica a realidade social.

Mészáros (2005) coloca a educação como um dos mecanismos de interiorização dos valores e das necessidades da sociedade regida sob a lógica do capital. “A necessidade de reajustar os mecanismos de ‘interiorização’ é grande e está em expansão”, afirma o autor de “A teoria da alienação em Marx” (2006, p. 274). O pesquisador afirma ainda que, na sociedade capitalista, a educação tem duas funções principais: a) “a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da *economia*”; b) “a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle *político*” (Idem, p. 275). Faz parte desses métodos de controle a elaboração de mecanismos ideológicos que buscam convencer a humanidade de que ela está no “caminho certo”, que é o caminho do desenvolvimento econômico.

A disseminação dos mecanismos ideológicos utilizados pelo capital para a sua manutenção enquanto sistema vigente busca convencer multidões, e a escola vem contribuindo para a inculcação dessas idéias nas mentes do maior número possível de indivíduos. Para perceber tal lógica, é necessário ter consciência de que os homens coletivamente – e não individualmente, como se a sociedade fosse uma soma de partes – é que são responsáveis, conscientemente ou não, pela sua história. Vale ressaltar que a escola, a serviço do capital, intenta afastar a possibilidade de se transmitir tal compreensão sobre a história da humanidade.

Ora, o capital, como já dissemos, gera contradições em todos os âmbitos da vida humana que não podem ser resolvidos em seu próprio interior. Esses problemas atingiram níveis alarmantes, mas não interessa ao capital resolvê-los, e, sim, reduzi-los, já que são empecilhos para o próprio sistema (e colocam em risco, inclusive, a existência da própria humanidade). Na tentativa de reduzi-los, o capital responsabiliza os próprios indivíduos através de mecanismos ideológicos. Estes devem “fazer a sua parte”, ser solidários, ter espírito de cooperação, cuidar da sua cidade, seu bairro, sua rua ou, melhor ainda, sua casa (“pense globalmente, aja localmente”), dando mais do que recebem. Sob o capital, os indivíduos adotam os interesses do sistema como seus próprios interesses.

A função da educação numa economia capitalista é de ser importante na promoção do desenvolvimento econômico, promover a superação da crise. Nesse sentido, a educação torna-se um capital, um fator de produção tido como capaz de contribuir na reversão das taxas de lucros decrescentes, e o capital voltar a crescer, acumular. É ela que, de acordo com governo e empresários, induz o crescimento econômico para a conquista de uma maior competitividade no mercado. A competição, sob o capital, é tida como algo natural, e todos os países devem estar num patamar de

igualdade no que tange à competição entre eles. Os países periféricos, sob essa lógica, estão em desvantagem não porque são explorados pelos países desenvolvidos, mas porque não construíram as bases para a sua inserção na competição internacional. E a educação é posta como essa base.

Partindo desse pressuposto, a educação aparece como a maior preocupação dos pensadores neoliberais no contexto da crise estrutural do capital, visto que ela passou a ser tida como um elemento importante na competição internacional e no desenvolvimento das economias dos países ditos em desenvolvimento, como o Brasil.

Esses papéis constituem o receituário atribuído à educação dos países periféricos. Por isso, foi dado o enfoque na sustentabilidade econômica, na redução das desigualdades sociais e no alívio da pobreza. Esses enfoques, vale lembrar, são determinações dos organismos internacionais. Mendes Segundo, nesse sentido, aponta que a agenda do projeto de Educação para Todos é expressão das bases para as reformas na educação ocorridos na década de 1990, no Brasil. Essa agenda

[...] teve aceitação mundial e tornou-se importante instrumento para a implantação das políticas de ajustes institucionais, ao elevar o papel da educação como condição necessária no “alívio da pobreza”, no alcance do desenvolvimento sustentável, da segurança, da paz, da governabilidade e da estabilidade econômica fora e dentro do país-membro. (2005, p. 227).

Partindo dessa análise, a garantia da sustentabilidade e da equidade são pressupostos fundamentais, na sociedade dita globalizada, para a inserção dos países periféricos no mercado mundial. Nessa perspectiva, cabe à educação a tarefa de promover uma cultura de paz, com diálogo e tolerância entre os povos, valorizar as diferenças étnicas, lingüísticas, culturais e sociais, respeitar as diferentes idéias e construir uma sociedade livre, justa e solidária (ideais burgueses oriundos do lema da Revolução Francesa: igualdade, liberdade e fraternidade). No cerne do contexto atual, de agudização da barbárie humana, fala-se também em respeito ao meio ambiente. Vale ressaltar que o proclamado “respeito” ao meio ambiente está gerando grandes oportunidades de negócios lucrativos. Nesse ínterim, a educação é chamada a desempenhar um papel importante tanto no desenvolvimento da economia quanto na prevenção dos conflitos para garantir a paz e a estabilidade econômica e ambiental. O princípio de tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades constitui-se numa análise superficial da realidade, visto que as desigualdades sociais não são produzidas no complexo educacional, mas na esfera das relações sociais de produção. A equidade está limitada à ação individual, não advindo da coletividade que garantiria a igualdade real entre os homens.

É função da educação também propiciar a capacitação e as competências dos indivíduos ao mercado de trabalho. Nesse aspecto, não interessa uma educação que proporcione uma formação sólida e que tenha como base a transmissão dos conhecimentos construídos pela humanidade ao longo de seu desenvolvimento histórico. O que interessa é uma educação voltada aos interesses do capital e que mantenha os trabalhadores presos às rédeas do sistema, visto que sua formação deve possibilitar uma postura crítica e criativa frente ao mundo. Em outras palavras, os indivíduos devem ser formados para aprenderem a criar uma forma de continuar sobrevivendo num mundo que os joga na miséria.

De acordo, ainda, com os termos da agenda de Educação para Todos, define-se como papel essencial da educação a formação de valores e o desenvolvimento de habilidades que contribuirão para as relações interpessoais. Os conhecimentos acerca dos conteúdos (matemática, leitura, escrita etc) ganham um caráter instrumental. Por isso, sua formação deve estar baseada no aprender habilidade, atitudes e valores. Dessa forma, interessa uma educação instrumental e pragmática garantida em que o Estado assume a formulação de políticas educacionais que atende aos interesses do sistema social vigente. A educação, desse modo, vem se constituindo num importante mecanismo ideológico, responsabilizando cada indivíduo pela sua vida e pela vida da comunidade, que deve desenvolver competências para lutar, sobreviver e ocupar seu espaço nessa sociedade eminentemente concorrencial.

Quando se responsabiliza a educação pela solução das desigualdades sociais, é o indivíduo isolado que salta como esse agente de “transformação” e multiplicador do ideário burguês. É o indivíduo empresário, o indivíduo professor, o indivíduo representante do Estado etc., que, juntamente com outros indivíduos, através da educação, somarão forças para tornar a vida humana mais fácil de ser vivida. Mészáros, ao citar *The cocktail party*, de T. S. Eliot, afirma que “A alternativa, para o indivíduo isolado, é descrita como ‘uma ilusória pessoa nova: *nós*’, e, quando esta última desaparece, o que resta é o sentimento paralisante de que ‘o sonhador não é mais real do que seus sonhos’. Parece-nos que, na sociedade capitalista, os sonhos de tornar melhor a vida de todos, por mais bem intencionados que pareçam ser, não passam do que realmente são: sonhos, visto que se esbarram nos limites do capital, não apontando, portanto, para sua superação. É condição *sine qua non* que a solução dos problemas da humanidade seja possível somente quando for superada a sociedade que os gera. É por isso que a educação não pode, nem poderia”, mudar o mundo”, bastando apenas a boa vontade de cada um.

A crise que estamos vivendo atualmente é uma crise que tem como base o trabalho explorado, que mata os homens em vida. Essa crise rebate na educação e em todos os complexos sociais expõe as contradições do sistema do capital. É um erro, pois, querer que a educação resolva os problemas da humanidade que foram gerados pelo tipo de organização social que aprofundou o contraste entre pobreza e riqueza. A educação nunca vai resolvê-los, pois enquanto o capital continuar como sistema vigente, a humanidade agonizará.

Partindo desse pressuposto, os teóricos da educação que se afinam com a lógica do capital – de que a educação é a mola-mestra do desenvolvimento econômico e da redução das desigualdades sociais – contribuem para que o capital continue como sistema vigente. Suas teorias desenvolvidas acerca da educação não passam de um fetiche sobre a realidade, visto que a educação está inserida numa totalidade social, totalidade essa regida pela lógica do capital que se sustenta da miséria humana. A função da educação, nessa sociedade, é, primordialmente, justificar as desigualdades geradas pelo capital, produzir consenso e conformidade na classe trabalhadora – já que ela acredita ser de sua inteira responsabilidade individual a busca pelos meios de sair da condição de miséria em que se encontra – e, ainda, fornecer os conhecimentos necessários ao processo de produção. Assim sendo, como parte dessa totalidade, a educação jamais – ela não possui em si o potencial revolucionário, embora seja imprescindível no processo de transformação social – resolverá as desigualdades existentes.

Todavia, é necessário ressaltar também o caráter contraditório do espaço escolar. Não assumimos a postura de quem concebe a educação como um complexo

cuja função, nesta sociedade regida pelo capital, é somente a reprodução desse sistema. Nesse aspecto, coadunamo-nos com Tonet, que apresenta a possibilidade de utilização desse espaço educativo para a realização de atividades que apontem para a emancipação plena do gênero humano. Afirmo o autor, que as atividades emancipadoras constituem-se no que é possível fazer. Sob a lógica do capital, não há a menor possibilidade de realização de uma educação emancipadora, visto que ela, tendo esse sistema como base, necessariamente contribuirá para a disseminação dos interesses da classe dominante, bem como dos saberes que ela necessita para a produção. Somente numa sociedade emancipada – na qual o trabalho, matriz geradora da existência humana, estiver liberto dos grilhões do capital –, todo o sistema educacional será modificado para a reprodução social sem interesses de classes.

A nosso ver, em concordância com Saviani (1994), compreendemos que a natureza e especificidade da educação, atividade fundada pelo trabalho, constitui-se na transmissão de valores, habilidades e conhecimentos essenciais no processo de reprodução social. No entanto, na sociedade de classes, ela cumpre, prioritariamente, a função social de atender as determinações da classe dominante em cada época histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; RABELO, Jackline. **Universalização da educação básica e reprodução do capital: ensaio crítico sobre as diretrizes da política de Educação para Todos.** *Cadernos de Educação.* UFPel. Pelotas- RS. 2007

LESSA, Sérgio. **A ontologia de Lukács.** Maceió. EDUFAL, 1996.

_____. **Para além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

LUKÁCS, Georg. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil: o FUNDEF no centro do debate.** (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, FAGED-UFC., 2005.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006a

_____. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006b.

_____. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006c.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J. et alii (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação.** Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 8 ed. Revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2003.

TAILÂNDIA. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. **Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jontien, 1990.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

_____. A educação numa encruzilhada. In: MENEZES, Ana Maria Dorta de; FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. **Trabalho, Sociabilidade e Educação: uma crítica à ordem do Capital**. Fortaleza: Editora UFC, 2003 (Coleção Diálogos Intempestivos).

¹ Destacamos que o presente faz parte dos resultados preliminares dos Projetos de Pesquisa *Universalizar o ensino e reproduzir o capital: os fundamentos do Movimento de Educação Para Todos na perspectiva da crítica marxista; O Movimento de Educação para Todos e a Crítica Marxista e O Programa de Educação para Todos e o financiamento da educação básica no Brasil*, desenvolvidos, de forma articulada, e no Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO da Universidade Estadual do Ceará – UECE e no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará-UFC, Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes.

² Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – FAGED/UFC. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE. *Pesquisadora dos Projetos de pesquisa O Movimento de Educação para Todos e a Crítica Marxista e O Programa de Educação para Todos e o financiamento da educação básica no Brasil*

³ Professora da Faculdade de Educação – FAGED/UFC. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE. Professora e Coordenadora da Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Projeto de Pesquisa *Universalizar o ensino e reproduzir o capital: os fundamentos do Movimento de Educação Para Todos na perspectiva da crítica marxista; O Movimento de Educação para Todos e a Crítica Marxista e O Programa de Educação para Todos e o financiamento da educação básica no Brasil*.

⁴ Professora da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE. Professora da Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes do Programa Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do Projeto de Pesquisa *O Programa de Educação para Todos e o financiamento da educação básica no Brasil*.

⁵ Há uma distinção entre educação em sentido amplo, denominada educação *lato sensu*, e educação escolar, denominada educação *strictu sensu*. A primeira forma é uma categoria ontológica que surgiu com o próprio homem socialmente constituído. A segunda, categoria historicamente determinada, surgiu no bojo da sociedade de classes como um espaço privilegiado para representação dos interesses da classe dominante.

⁶ Lukács distinguiu os seres existentes na natureza em três esferas ontológicas: a inorgânica, cuja função é transformar-se em outro ser; a biológica, que tem como função a sua própria reprodução (nesta esfera o homem está incluído como ser que faz parte da natureza); a esfera do ser social, que é a esfera das relações humanas (a atividade que possibilitou o salto entre o ser biológico e o ser social é o trabalho).

⁷ Saviani, 1994, p. 152

⁸ Texto ainda não publicado sob título Universalização da educação básica e reprodução do capital: ensaio crítico sobre as diretrizes da política de *Educação para Todos*, 2008 (mimeo).

⁹ Vide Mészáros, “Século XXI: socialismo ou barbárie?”. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005